

CRÍTICA, INTERSECÇÃO E DECOLONIALIDADE: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM LÉLIA GONZALEZ

Sandra Rosa dos Santos da Silva¹⁰⁸

Uma das reivindicações feita atualmente quando falamos em educação é por uma educação antirracista. Se é preciso que haja uma educação nesses termos e meios de se colocá-la em prática é porque existe uma estrutura racista que precisa ser confrontada. Confrontar essa estrutura exige de nós, educadoras e educadores um olhar crítico para o conteúdo ensinado em sala de aula. Um dos modos de se fazer isso é deslocando a perspectiva ocidental, branca e colonizadora para outros sujeitos que protagonizaram nossa história e foram estrategicamente invisibilizados.

Pensando nisso, buscarei trazer algumas das contribuições de Lélia Gonzalez para a educação, mais especificamente para pensarmos a educação antirracista. Olhar para essas contribuições implica pensar nas suas reflexões enquanto intérprete do Brasil. Isso porque a intelectual ofereceu um olhar interseccional, decolonial para compreensão de nosso país fundado no racismo, sexismo e capitalismo. É através dessa ótica que olharemos para a educação.

As críticas de Gonzalez se direcionaram principalmente para o que ela chamou de “história oficial” que durante muito tempo e ainda hoje é contada por um viés eurocentrado. Seu argumento é em defesa de uma versão que conte a verdadeira história do povo negro, pois é importante trazer à tona tudo o que foi escondido e apagado da história do nosso povo.

As críticas ferrenhas ao chamado *mito da democracia racial*, isto é, a ideia de que vivemos em harmonia racial, não são à toa. A crença e reprodução desse mito, geraram estereótipos que não correspondem à realidade da população negra. A ideia de passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravização e outros foram criados porque a história oficial “[...] foi e continua sendo uma história de brancos, e de poucos mulatos e raríssimos negros. Mas houve sempre um filtro branco que permitiu que somente uma parte da verdade viesse à luz e não ferisse a consciência social.” (Beatriz Nascimento, 2020, p.6)

Esse filtro branco é estrategicamente utilizado. Sabemos que educar é um ato político, e toda escolha feita a partir disso também o é. Isso implica na afirmação de que

¹⁰⁸ Mestranda em filosofia política pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, licenciada em filosofia pela Universidade Federal de Lavras - UFLA.

nesse espaço há disputa de poder e de narrativas. Nesse sentido, o grupo hegemônico precisa sustentar sua narrativa e para isso, o principal argumento é o de naturalização dessa configuração. Configuração essa que supõe a superioridade branca em relação aos não brancos e é reproduzida ao longo do tempo através do ensino, porque é preciso que as pessoas aprendam essa perspectiva de mundo. Mas, se através do ensino se reproduz formas de opressão, através dele também é possível modificar essa estrutura.

A retirada da caracterização ou do protagonismo de negros e negras acontece frequentemente nas escolas, ao apresentar, por exemplo, a literatura europeia, mas não a africana, e outros, tudo com o intuito de dizer que a produção de conhecimento se dá apenas na Europa. Mesmo com a instituição das leis 10.639 e 11.645, a forma de se pensar a ciência e outras ainda persistem nessa mesma lógica, e esse apagamento é proposital. Qual seu propósito? Manter a base hegemônica no poder. Com o intuito de denunciar e contribuir para o rompimento dessa base hegemônica não só no imaginário social, mas também na educação que devemos dar atenção as reflexões de Lélia Gonzalez.

Tendo isso em vista, Gonzalez ao criticar a história oficial, denuncia a visão depreciativa dos negros que é “transmitida nos textos escolares e perpetuada em uma estética racista constantemente transmitida pela mídia de massa. Se adicionarmos o sexismo e a valorização dos privilégios de classe, o quadro fica então completo.” (Gonzalez, 1984/2020, p.145)

Nota-se nesse trecho, a perspectiva interseccional que a intelectual utiliza para denunciar a educação eurocentrada, sexista e elitista. Essa forma opressora de ensino reproduz as articulações ideológicas que levam as crianças a acreditarem que o ideal a ser buscado é o do homem branco e burguês. Ao passo que ser mulher negra e pobre seria um dos piores acontecimentos. (Gonzalez, 1984/2020, p.145)

Enquanto esse tipo de ensino é promovido, afirma Gonzalez (2020, p.165-166) as crianças negras que vão à escola se envergonham de si mesmas por consequência do discurso pedagógico a que são submetidas. Elas sofrem o estigma do pecado de serem negras, e em sua maioria são consideradas desajustadas, com problemas psicológicos e/ou psiquiátricos. Isso é sintomático de que uma educação abordando as questões raciais, sexistas e capitalistas em articulação é extremamente necessária.

Quando lança seu olhar sobre a cultura, Gonzalez nos mostra outro fenômeno que exemplifica essa educação eurocentrada. Para a autora, (1982/2020, p.61) a caracterização da produção cultural afro-brasileira nas instituições de cultura e educação

são marcadamente racistas. Ademais, os meios de comunicação não só reforçam como perpetuam a ideia de se buscar a suposta “superioridade branca”.

Em grande parte das vezes aprendemos algo bem específico acerca da contribuição do povo negro para nossa história: a escravização. Como se toda nossa história fosse reduzida a essa violência. A crítica de Gonzalez nesse sentido, e que deve nos servir de norte para pensarmos uma educação antirracista é contar a outra parte dessa história: das resistências por meio de movimentos urbanos armados, pelo protagonismo em revoltas como a Revolta dos Malês 1835), Revolta dos Alfaiates (1798-1799), Sabinada (1837-1838) e outras.

Por que não aprendemos sobre essas contribuições do povo negro? Porque é necessário que assim o seja. Afirmar que negros e negras são sujeitos, protagonistas de nossa história é desestruturar toda a base hegemônica que detém o poder, é afirmar que o Brasil é sim racista e devido a articulação do mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento isso seria contraditório.

Esse argumento é presente em toda obra de Gonzalez, mas podemos tomar como exemplo, seu ensaio *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984). No ensaio ela defende ser a cultura brasileira, uma cultura negra. Mas não se afirma enquanto tal, pois é racista. Nosso imaginário social foi construído em fundamentos racistas, sexistas e capitalistas que violentam diariamente das mais diversas formas a população negra. Nos foi ensinado que o povo negro não tem razão, que sua história é inferior, como vimos nos estereótipos citados anteriormente. Sem uma visão crítica desses ensinamentos, concluímos que “ racismo? No Brasil? Quem foi que disse?...” (Gonzalez, 1984, p.226)

A naturalização desse imaginário social mesmo no período pós-abolicionista interfere diretamente nas dinâmicas do real, e é isso que Gonzalez busca mostrar em seus textos. Por isso a necessidade de pensar sua interpretação da formação do Brasil associada a uma educação antirracista. Trata-se de entender no pensamento gonzaleano, que é estratégica essa naturalização por parte do discurso dominante, e isso tem consequências graves.

Além do sistema educacional, Gonzalez nomeia como ainda mais perversa a educação informal. Tal forma de educação se dá pelos meios de comunicação de massa que reproduzem uma imagem distorcida do negro. Tamanha é a distorção que nos querem fazer acreditar “[...] que a gente é tudo brasileiro, e de ascendência europeia, muito civilizado, etc e tal.” (Gonzalez, 1984, p.238). Ou seja, “[...] anos e anos de

repetição contínua da famosa ideologia do branqueamento, que se articula com a ideologia e o comício da democracia racial.” (Gonzalez, 1987/2020, p.234)

Portanto o que Gonzalez incessantemente nos ensina é que só haverá efetivamente mudanças, transformações concretas, quando olharmos para as relações sociais de nosso país a partir de uma perspectiva crítica, interseccional e decolonial. Isto é, conscientes de que o racismo, o sexismo e o capitalismo são as bases de nosso país e precisam ser pensados em articulação se quisermos dismantelar essa estrutura. Essa mesma tríade, não pode ser desconsiderada no campo da educação, pois uma pedagogia efetivamente crítica e antirracista, só se dará nesses termos.

Referências

GONZALEZ, Lélia. Alô, alô, Velho Guerreiro! Aquele abraço! In: LIMA, Márcia; RIOS, Flavia. (orgs.) **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra no Brasil. In: LIMA, Márcia; RIOS, Flavia. (orgs.) **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2020.

GONZALEZ, Lélia. O apoio brasileiro à causa da Namíbia: Dificuldades e possibilidades. In: LIMA, Márcia; RIOS, Flavia. (orgs.) **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Discurso na Constituinte. In: LIMA, Márcia; RIOS, Flavia. (orgs.) **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Hoje, Brasília, Anpocs, 1984.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Relações raciais, quilombos e movimentos. Org. Alex Ratts, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2020.